

Demonstrações Financeiras

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

31 de dezembro de 2022 e 2021
com Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Solarpay nasceu como parte da estratégia de sua controladora, a Solar Bebidas S/A, de manter relacionamento sólido e duradouro com seus clientes. Essa parceria desenvolvida ao longo de anos ganhou uma potente ferramenta para ajudar os clientes a se digitalizarem, se desenvolverem e crescerem. A Solarpay é uma solução financeira desenvolvida sob medida para o pequeno e médio varejista, simples e de baixo custo.

A empresa teve seu primeiro ano completo em 2021; um ano para conquistar o mercado e começar a crescer a base de contas. Chegamos ao final de 2021 com 38 mil contas abertas e todo o território do Nordeste e Mato Grosso coberto.

Seguimos a tração de crescimento das contas em 2022, adicionamos novos produtos ao nosso portfólio e nosso foco também passou a ser de qualificar essas contas, aumentando nosso valor movimentado. Crescemos o número de contas abertas em 21 mil, chegando em 59 mil contas abertas, com 36% de utilização. O valor movimentado foi de R\$906,2 milhões, 55x maior que ano anterior.

Com a movimentação nas contas, os serviços financeiros prestados pela Solarpay passaram a gerar receita para a companhia, chegando a R\$1.409 mil de receita por intermediações financeiras, contra R\$11 mil do ano anterior. Por ser um negócio escalável as despesas totais se mantiveram praticamente em linha com ano anterior. Em 2022 foram R\$7.622 mil em despesas, enquanto em 2021 houve R\$7.522 mil. Sendo assim, o ganho de receita fluiu para o resultado, reduzindo o prejuízo registrado de um ano para o outro em R\$964 mil.

Para os próximos anos da companhia, seguimos com o plano de qualificar e rentabilizar as contas abertas, com maior utilização das contas, maior valor movimentado e novas fontes de receita.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Registro no Banco Central do Brasil

Chamamos a atenção para a nota explicativa *19.b*, que descreve a solicitação de registro junto ao Banco Central do Brasil em maio de 2023 pela Companhia, devido a Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. ter excedido o limite de movimentações, conforme resolução BCB nº 80/2021, alterada pela Resolução BCB nº 257/2022. A continuidade das operações da Companhia depende do diferimento da referida solicitação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 06 de julho de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F



Carlos Santos Mota Filho

Contador CRC PE-020728/O-7

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.985	4.067
Relações interfinanceiras	5	1.894	821
Negociação e intermediação de valores	6	12.697	1.559
Impostos a recuperar		116	10
Partes relacionadas	13	15	5.000
Outros ativos	7	315	147
Total do ativo circulante		18.022	11.604
Ativo não circulante			
Outros ativos	7	33	-
Imobilizado	8	44	53
Intangível	9	2.105	1.162
Total do ativo não circulante		2.182	1.215
Total do ativo		20.204	12.819
Passivo			
Passivo circulante			
Depósitos	10	12.697	1.559
Obrigações fiscais e previdenciárias	11	112	35
Obrigações sociais e estatutárias	12	171	20
Partes relacionadas	13	6.230	3.662
Outras obrigações		111	137
Total do passivo circulante		19.321	5.413
Patrimônio líquido	14		
Capital social		2.000	465
Reservas de capital		13.100	14.635
Prejuízos acumulados		(14.217)	(7.694)
Total do patrimônio líquido		883	7.406
Total do passivo e patrimônio líquido		20.204	12.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de intermediações financeiras	15	1.409	112
Despesas de intermediações financeiras		(310)	(77)
Resultado bruto das intermediações financeiras		1.099	35
Outras receitas/despesas operacionais			
Despesas com pessoal	16	(3.466)	(3.037)
Despesas gerais e administrativas	17	(3.928)	(4.469)
Despesas tributárias		(1)	(1)
Despesa com prestação de serviços		(116)	-
Outras Receitas/Despesas		(111)	(15)
		(7.622)	(7.522)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos de renda e contribuição social		(6.523)	(7.487)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo líquido do exercício		(6.523)	(7.487)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo líquido do exercício	(6.523)	(7.487)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(6.523)</u>	<u>(7.487)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	100	-	(51)	(207)	(158)
Integralização de capital	365	-	51	-	416
Capital a integralizar	-	14.635	-	-	14.635
Prejuízo do exercício	-	-	-	(7.487)	(7.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	465	14.635	-	(7.694)	7.406
Integralização de Capital	1.535	(1.535)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.523)	(6.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.000	13.100	-	(14.217)	883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(6.523)	(7.487)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Depreciação e amortização	376	149
Provisão para remuneração pessoal	46	-
	(6.101)	(7.338)
Decréscimo (acrécimo) de ativos		
Relações Interfinanceiras	(1.073)	(821)
Partes relacionadas	2.553	3.293
Negociação e Intermediação de Valores	(11.138)	(1.559)
Outros créditos	(201)	(40)
Acrécimo (decrécimo) de passivos		
Depósitos	11.138	1.559
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	(75)	22
Obrigações sociais e estatutárias	151	18
Outros passivos	(26)	(43)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(4.772)	(4.909)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ajuste de avaliação patrimonial	-	51
Aquisição de imobilizado	-	(53)
Aquisição de intangível	(1.310)	(1.050)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.310)	(1.052)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	365
Constituição de reserva	5.000	9.635
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	5.000	10.000
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa	(1.082)	4.039
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.067	28
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.985	4.067
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa	(1.082)	4.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. (“Solarpay”) doravante “Instituição” é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, oferta soluções de meios de pagamento e serviços correlatos.

Fundada em outubro de 2019, com a razão social “Sol e Mar Instituição de Pagamentos S.A.”, iniciou suas atividades como uma empresa em estágio de desenvolvimento do setor de meios de pagamentos dedicada a atividades de cobranças e informações cadastrais.

Em 2021, foi aprovada o aumento de capital social com a emissão de 365.100 (trezentas e sessenta e cinco mil e cem) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal colocadas para subscrição particular pela Tocantins Refrigerantes Ltda (“Tocref”), o que representa 78,5% do capital da Instituição. Como resultado da operação a Solarpay passou a ser investida da Tocref, a qual é controlada pela Solar Bebidas S.A.

Em 20 de janeiro de 2021, data em que houve deliberação e aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, também foi aprovada a alteração da denominação social da Instituição de “Sol e Mar Instituição de Pagamentos S.A.” para “Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.”.

A Solarpay é uma Instituição de Pagamento que operacionaliza os produtos de conta digital, pagamento de boleto, cobrança de obrigações de terceiros, pix, cartão pré-pago e saque. É uma solução financeira desenvolvida sob medida para o pequeno e médio varejista parceiro da Solar Bebidas S.A, com o objetivo de levar uma solução de baixo custo e simples para auxiliar no desenvolvimento do pequeno e médio varejo brasileiro.

Apoiando os parceiros para se tornarem mais ágeis, competitivos e digitais, a Solarpay auxilia no incremento de suas vendas através da inclusão e operacionalização de mais uma forma de meios de pagamento e de recebimento ao portfólio de negócios.

Principais eventos até 31 de dezembro de 2022

Em 31 de dezembro de 2022, a Solarpay apresentou um Capital Circulante Líquido (CCL) negativo, no montante de R\$1.299. Como plano de ação para equalização do CCL negativo, foi planejado para 2023 um crescimento das contas e das suas utilizações de forma a aumentar a receita da empresa. Além disso, novos produtos e novas fontes de receita serão geradas, dentre elas: cobrança do Pix, comissão por venda de energia limpa e correspondente bancário para créditos.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$) e foram autorizadas pelas reuniões da Diretoria Executiva assim também como a do Conselho de Administração, ambas realizadas em 06 de julho de 2023 as quais consideram os eventos subseqüentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado. Ao menos uma vez por ano, a empresa revisa suas estimativas e premissas.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da empresa é o real, sendo utilizada para preparação das demonstrações financeiras em milhares reais, a menos que seja indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis--Continuação

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins das demonstrações financeiras, incluem os saldos de disponibilidades que serão representados por caixa e equivalentes de caixa, fundos administrativos e de liquidez imediata, em moeda nacional e em moeda estrangeira. A Instituição considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Relações interfinanceiras

Saldo ativo correspondente ao valor a receber das transações via subadquirência da processadora Ciano - Soluções Financeiras Ltda. Registrado pelo valor líquido de valores a receber de instituições financeiras, arranjo de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central relativos a transações de pagamento conforme carta circular 3.828 e 3.902.

São recebíveis repassados à Instituição por conta do processamento das transações realizadas e registradas pelo valor da transação. O contas a receber das transações de crédito à vista são liquidados em até 30 dias.

O risco de crédito na Instituição decorre das exposições com outras instituições financeiras, adquirentes ou emissores de cartões. Como instituição de pagamento pré-paga, a Instituição não realiza operações de crédito para seus usuários.

3.4. Títulos de Valores Mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis--Continuação

3.4. Títulos de Valores Mobiliários--Continuação

- Títulos Disponíveis para Venda - são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

A Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. possui apenas títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para negociação".

3.5. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso está demonstrado pelo custo de aquisição. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos em outras receitas e despesas não operacionais livre da depreciação e amortização.

A depreciação é calculada pelo método linear, a partir do momento que são instalados e estão disponíveis para uso, utilizando-se as seguintes taxas anuais:

- Computadores e periféricos 20%
- Equipamentos de comunicação 10%

3.6. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis--Continuação

3.6. Intangível--Continuação

Os gastos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Solarpay, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares. Os custos também incluem, se aplicável, os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis quando são amortizados, geralmente, ocorre em até 5 anos considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos.

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração da Instituição revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)-- Continuação

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil, no nível da unidade geradora de caixa.

3.8. Depósitos

São saldos de clientes mantidos de pagamentos pré-pagos, e se constituem em patrimônio separado da instituição conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

3.9. Obrigações sociais e estatutárias

São os valores a pagar referentes a manutenção do quadro funcional da Solarpay. Os pagamentos de proventos como salário, 13º salário, férias, abono pecuniário, horas extraordinárias, aviso prévio, bem como os respectivos encargos trabalhistas e benefícios concedidos a colaboradores como vale alimentação, vale transporte, planos de saúde e odontológico são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se ao regime de competência.

A Solarpay não possui plano de aposentadoria e quaisquer benefícios pós-emprego vigente em 31 de dezembro de 2022.

3.10. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de dividendos mínima de 25% sobre o lucro líquido em cada exercício, após a constituição da reserva legal. O Conselho de Administração pode decidir pela distribuição adicional de lucros, de acordo com proposta da Diretoria. A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da empresa é reconhecida, quanto aprovada, como um passivo ao final do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis--Continuação

3.11. Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro (CSLL) são calculados anualmente com estimativas mensais com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10%, sobre os lucros tributáveis mensais, para o IRPJ e a CSLL possui uma alíquota de 15%. Em 15/07/2021 o Diário Oficial da União publicou a Lei 14.183 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Com a medida, as instituições financeiras estão sujeitas à alíquota de contribuição de 20% sobre o Lucro Líquido até dezembro de 2021. Contudo, a cobrança foi reduzida para 15% a partir de janeiro de 2022.

As declarações acessórias brasileiras estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos da data da declaração. O ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza incide sobre a receita faturada à alíquota de 2%.

O PIS e a COFINS incidem sobre a receita bruta às alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente, sendo somente sobre a receita financeira aplicada às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente.

3.12. Apuração de resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Após o encerramento das contas de resultado, ao final do exercício, o saldo apurado é transferido para conta patrimonial de lucro ou prejuízo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa	271	136
Disponível em moeda estrangeira	21	4
Equivalentes a caixa	<u>2.693</u>	<u>3.927</u>
	<u>2.985</u>	<u>4.067</u>

Os equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito e liquidez imediata para utilização nas operações da Solarpay. Segue abaixo a composição:

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Renda Fixa	-	2.724
CDB	-	203
Debêntures	-	1.000
Letras Financeiras do Tesouro	2.693	-
	2.693	3.927

5. Relações interfinanceiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a receber de subadquirência (a)		
Amex	3	3
Elo	110	49
Hipercard	72	41
Mastercard	1.085	445
Visa	624	283
	1.894	821

(a) Corresponde aos valores a receber relativos às transações de antecipação de recebíveis aos clientes realizadas com a Solarpay que são processadas pela subadquirente.

As contas a receber por prazo de vencimento são representados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vencimento de até 30 dias	1.586	808
De 31 a 60 dias	113	7
De 61 a 90 dias	77	5
De 90 a 180 dias	90	1
De 181 a 365 dias	28	-
	1.894	821

6. Negociação e intermediação de valores

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa de registro e liquidação (a)	4.186	-	4.186	1.559
Letras Financeiras do Tesouro	6.111	2.400	8.511	-
	10.297	2.400	12.697	1.559

(a) Registram os valores de clientes disponíveis para livre movimentação.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento e antecipações salariais	9	1
Adiantamento a fornecedores	178	-
Despesas antecipadas	133	-
Outros valores	28	146
Circulante	348	147
Ativo Circulante	315	147
Ativo Não Circulante	33	-
Total	348	147

8. Imobilizado

As movimentações do ativo imobilizado, incluindo as taxas anuais de depreciação, custo, a depreciação acumulada e valor líquido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados abaixo:

	Taxas médias ponderadas de depreciação	Valor líquido 31/12/2021	Aquisições	Depreciação	Valor líquido 31/12/2022
Computadores e periféricos	20%	38	-	(8)	30
Equipamentos de comunicação	10%	15	-	(1)	14
		53	-	(9)	44

	Taxas médias ponderadas de depreciação	Valor líquido 31/12/2020	Aquisições	Depreciação	Valor líquido 31/12/2021
Computadores e periféricos (a)	20%	-	38	-	38
Equipamentos de comunicação (a)	10%	-	15	-	15
		-	53	-	53

(a) As aquisições de imobilizado foram realizadas em dezembro de 2021, tendo iniciado o processo de depreciação no mês subsequente.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9. Intangível

As movimentações do ativo intangível, incluindo as taxas anuais de amortização, custo, a amortização acumulada e valor líquido em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 estão demonstrados abaixo:

	Taxas médias ponderadas de depreciação	Valor líquido 31/12/2021	Aquisições	Transferências	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2022
Desenvolvimento de produtos		317	303	(317)	-	303
Softwares e produtos (a)	20,0%	443	756	317	(254)	1.262
Sistemas e aplicativos (a)	20,0%	402	251	-	(113)	540
		<u>1.162</u>	<u>1.310</u>	<u>-</u>	<u>(367)</u>	<u>2.105</u>

	Taxas médias ponderadas de depreciação	Valor líquido 31/12/2020	Aquisições	Transferências	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2021
Desenvolvimento de produtos		-	317	-	-	317
Softwares e produtos (a)	20,0%	261	274	-	(92)	443
Sistemas e aplicativos (a)	20,0%	-	459	-	(57)	402
		<u>261</u>	<u>1.050</u>	<u>-</u>	<u>(149)</u>	<u>1.162</u>

(a) Intangível com vida útil definida e prazo de amortização em 5 anos.

Provisão para a redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

A Instituição analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Após análise interna da Administração, o ativo intangível não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Instituição. Dessa forma, a administração não identificou a necessidade de testar esse grupo de ativos ao valor recuperável nos termos da NBC TG 01 (R4) para 31 de dezembro de 2022.

10. Depósitos

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos		
Saldo de livre movimentação (a)	<u>8.559</u>	1.559
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda (b)	<u>4.138</u>	-
	<u>12.697</u>	<u>1.599</u>

(a) São compostos por valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais referentes as transações web, transações feitas pelos portadores de cartões e o valor disponível nos cartões pré-pagos, de forma que o saldo está disponível para retirada e/ou uso dos clientes.

(b) Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.: é uma empresa do grupo "The Coca-Cola Company" que produz e vende os concentrados para a elaboração das bebidas do portfólio da Coca-Cola. Dentre o portfólio de produtos financeiros da Solarpay há os cartões presente e a execução de cashback de acordo com os termos solicitados pelo cliente. A Recofarma dentro dos seus planos estratégicos realizou uma campanha para desenvolver os pontos de venda e a apoiar a transformação digital da Solar Bebidas S.A. Nesta campanha a Solarpay foi contratada para executar os serviços financeiros da campanha de emissão de cartões presente e cashback aos clientes da Solar Bebidas S.A.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. Obrigações fiscais e previdenciárias

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre salários	47	16
Impostos e contribuições sobre serviço de terceiros	20	17
PIS	7	-
Cofins	31	2
ISS	7	-
	112	35

12. Obrigações sociais e estatutárias

	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	-	13
Férias e encargos s/ férias a pagar	117	7
Benefícios a pagar	8	-
Prêmio por desempenho a pagar	46	-
	171	20

13. Partes relacionadas

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Norsa Refrigerantes S.A. (a)				
Reembolsos de despesas	15	5.136	-	3.421
	-	5.136	-	3.421
Refrescos Guararapes Ltda. (a)				
Reembolsos de despesas	-	1.094	-	241
	-	1.094	-	241
Tocantins Refrigerantes Ltda. (b)				
Venda de participação	-	-	5.000	-
	-	-	5.000	-
	15	6.230	5.000	3.662

(a) Norsa Refrigerantes S.A. e Refrescos Guararapes Ltda.: são empresas do grupo "Solar Bebidas S.A." que industrializa e comercializa bebidas do portfólio Coca-Cola, as quais compartilham de uma mesma estrutura administrativa/comercial denominada de Escritório central e corporativo que repassa mensalmente estes títulos de despesas por meio de rateio. As despesas não se limitam à estrutura mencionada acima de gastos com pessoal e seus respectivos reflexos, mas também, alugueis, materiais e manutenção de bens e equipamentos, serviços terceirizados, auditorias, consultorias e outras despesas necessárias para manutenção do escritório.

(b) Tocantins Refrigerantes Ltda.: Em janeiro de 2021, aconteceu uma operação de compra e venda de ações, entre a Tocantins Refrigerantes Ltda e a Solarpay Instituição de Pagamentos S.A., num montante de R\$15.000 (R\$10.000 quitados em 2021 e R\$5.000 quitados em 2022). Não foi considerada taxa de juros na operação.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social foi de R\$2.000 (R\$465 em 2021), totalmente integralizado, representado por 465.100 (465.100 em 2021) em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 08 de novembro de 2022 houve aumento do capital social no valor de R\$1.535, sem emissão de novas ações, ficando o capital social em 31/12/2022 em R\$2.000.

Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em Reserva de capital foi R\$13.100 (R\$14.635 em 2021).

Em 20 de janeiro de 2021, foram emitidas 365.100 (trezentas e sessenta e cinco mil e cem) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo valor total de R\$15.000, para a Tocantins Refrigerantes Ltda, subscritas e integralizadas da seguinte forma: R\$365 destinados a conta de capital social e R\$14.635 destinados à conta de reserva de capital da instituição, na forma de ágio na subscrição das novas ações ora emitidas, nos termos dos artigos 14, parágrafo único e 182, §1º, alínea 'a', da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações.

Em 08 de novembro de 2022, houve aumento do capital social em R\$1.535 mediante a utilização de parte do saldo da reserva de capital da Instituição.

Destinação dos resultados

Antes da destinação de qualquer participação serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, 5% (cinco por cento) vai para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social ou até que o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% (trinta por cento) do capital social. Do saldo do lucro líquido do exercício abatido da constituição da reserva legal e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento) vai para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, será capitalizado ou distribuído aos acionistas como dividendo complementar.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15. Receita de intermediação de valores

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas		
Receita de intermediação financeira	1.077	16
Resultado operacional com títulos e valores mobiliários	490	102
	<u>1.567</u>	<u>118</u>
Deduções da Receita		
(-) Impostos sobre faturamento	(158)	(6)
	<u>(158)</u>	<u>(6)</u>
Receita Líquida	<u>1.409</u>	<u>112</u>

16. Despesas de Pessoal

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(2.252)	(2.275)
Outras despesas com pessoal	(573)	(469)
Benefícios	(641)	(293)
	<u>(3.466)</u>	<u>(3.037)</u>

17. Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e telecomunicação	(411)	(195)
Aluguéis, seguros, materiais e manutenção	(214)	(100)
Depreciação e amortização	(376)	(150)
Processamento de dados	(2.080)	(1.247)
Propaganda e publicidade	(332)	(882)
Serviços de terceiros	(243)	(1.456)
Outras despesas	(272)	(439)
	<u>(3.928)</u>	<u>(4.469)</u>

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18. Instrumentos financeiros

18.1. Composição dos instrumentos financeiros

A Solarpay classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados pelo custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como hedge de fluxo de caixa, em que são reconhecidos no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e, no momento de sua liquidação, os ganhos e perdas acumulados são ajustados no item objeto de hedge, sensibilizando o resultado no momento da realização do item protegido.

Os instrumentos financeiros ativos são representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta vinculada, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e saldos a receber de partes relacionadas. E os instrumentos financeiros passivos são representados principalmente por empréstimos e financiamentos, debêntures, subvenções governamentais, instrumentos financeiros derivativos, passivo de arrendamento, fornecedores, fornecedores - risco sacado.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as taxas vigentes no mercado.

Níveis	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.985	4.067	4.067
Relações interfinanceiras	-	1.894	821	821
Negociação e intermediação de valores	-	12.697	1.559	1.559
Partes relacionadas	-	15	5.000	5.000
		17.591	11.447	11.447
Passivos financeiros				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Depósitos	-	12.697	1.559	1.559
Partes relacionadas	-	6.230	3.662	3.662
		18.927	5.221	5.221

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.2. Valor justo

Em relação ao valor justo dos ativos e passivos financeiros, são considerados os seguintes métodos e premissas para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar a partes relacionadas se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao prazo e natureza do ativo.
- Aplicações financeiras estão apresentadas ao seu valor justo, corrigidas pelos indicadores vigentes em cada aplicação.

18.3. Gerenciamento de riscos

Riscos operacionais

A Solarpay Instituição de Pagamentos S.A., em conformidade com os instrumentos normativos, define como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem negativamente no desenvolvimento das atividades da Empresa. O Risco Operacional inclui o risco legal e de reputação. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- (a) Fraudes Internas
- (b) Fraudes Externas
- (c) Demandas Trabalhistas
- (d) Práticas Inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços
- (e) Danos ativos físicos próprios ou em uso pela instituição
- (f) Eventos que acarretam a interrupção das atividades da instituição
- (g) Falhas em sistemas e de tecnologia da informação

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.3. Gerenciamento de riscos--Continuação

Riscos operacionais--Continuação

Visando propiciar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, a Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. dispõe de uma Política de Risco Operacional, aprovada e revisada no mínimo anualmente pela Diretoria Executiva, em que estão claramente delineados os papéis e responsabilidades de cada empregado e das unidades na gestão do risco operacional. A política representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração da empresa, que delineia o modelo adotado para proporcionar a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigadores, capazes de manter todos os processos, produtos e serviços oferecidos pela Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais aprovadas por alçadas competentes.

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez provém da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Solarpay Instituição de Pagamentos S.A., levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. É o risco de que as reservas e disponibilidades de uma instituição não sejam suficientes para honrar suas obrigações no momento em que ocorrerem, ou seja, a incapacidade momentânea de quitar compromissos em função de um descompasso no fluxo de caixa, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para efetividade do gerenciamento do Risco de Liquidez, o processo prevê os procedimentos que identificam os eventos que interferem na liquidez (captações, aplicações, despesas administrativas e de investimentos) e geração de fluxo de caixa, análise de cenários (indicadores internos e externos), bem como o estabelecimento de níveis mínimos de liquidez.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

18.3. Gerenciamento de riscos--Continuação

Risco de crédito

A Política de Gerenciamento de Risco de Crédito da Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. aprovada e revisada no mínimo anualmente pela Diretoria Executiva, visa aperfeiçoar a administração do risco de crédito, garantir a integridade dos ativos de crédito, estabelecer níveis adequados de risco e perdas, bem como elevar os padrões de qualidade e o desempenho da Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. Dessa forma, os princípios norteadores dessa política estão alinhados às melhores práticas adotadas pelo mercado, visando à correta identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos de crédito associados aos produtos e serviços oferecidos pela Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de limite de crédito decorrente de deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. é composta de políticas, manuais, normas e procedimentos adequados, objetivando a mitigação de riscos. As operações sujeitas ao risco de crédito são classificadas em categorias, considerando a situação econômico-financeira, informações cadastrais atualizadas e utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito associado à operação.

Os processos adotados de classificação, análise, validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para gestão dos riscos corporativos são constantemente monitorados e revisados periodicamente visando uma melhor qualidade e tempestividade no fornecimento das informações e solução dos problemas identificados.

Risco de mercado

O risco de mercado é advindo da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Essas perdas podem ser decorrentes de alterações no comportamento das taxas de juros, do preço das ações, do câmbio e das commodities, bem como da interação entre eles e suas respectivas volatilidades.

Solarpay Instituição de Pagamentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19. Eventos Subsequentes

a) Constituição da Conta Xip Holding Financeira Ltda.

Em maio de 2023, a Solarpay Instituição de Pagamentos S.A., por meio de seus sócios, Tocantins Refrigerantes Ltda., Exponencial Pagamentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Rodrigo Leonardo de Rabelo Campos, Alexandre Ferrari, Paulo Renato Della Volpe e Eduardo Leite de Mendonça Chaves, constituíram a Conta Xip Holding Financeira Ltda. ("Conta Xip Holding"), com participação de 100% do capital.

A Conta Xip Holding é uma sociedade cujo objeto é a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, incluindo instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

b) Autorização de funcionamento

As Resoluções BCB nº 80 e 81 de 2021 dispõem sobre a constituição e funcionamento das instituições de pagamento, estabelece os parâmetros para autorização de funcionamento e limites regulamentares. A exigência de autorização para funcionamento junto ao Banco Central do Brasil é estabelecida nos termos dos artigos 10 e 11 da Resolução BCB nº 80/2021, alterada pela Resolução BCB nº 257/2022, os quais determinam que as instituições de pagamento com movimentações superiores a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) em transações de pagamento ou R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em recursos mantidos em conta de pagamento pré-paga devem solicitar a referida autorização.

Sendo assim, em 30 de maio de 2023, a Solarpay Instituição de Pagamentos S.A. encaminhou ao Banco Central do Brasil documentação pertinente ao exame do processo de Autorização para Funcionamento como Instituição de Pagamento, conforme protocolo nº 18600056950202390, o qual está sob análise do órgão regulador.

* * * *